

“AI DE QUEM CONSTRÓI A CASA SEM JUSTIÇA” (Jr 22,13) Crítica profética à monarquia em Jr 21,1–23,8

Jaldemir Vitório

O melhor exemplo bíblico da relação fé-política encontra-se na tradição profética. O profetismo, na sua expressão mais consistente, nasce e morre com a monarquia. Os profetas atuam como consciência crítica da política em Israel, submetendo-a ao crivo do projeto de Javé¹. Seus oráculos consistem num contínuo confronto do monarca reinante com as exigências divinas. Suas denúncias, formuladas sem meias palavras, tocam na chaga das injustiças, promovidas ou apoiadas pelos governantes. Por outro lado, olhando para o futuro, os profetas prenunciam tempos melhores, na esperança do surgimento de um monarca realmente fiel a Javé, afinado com o seu querer.

O profeta Jeremias, no decorrer de seu longo ministério, esteve sempre às voltas com a política de sua época. Sua atividade profética perpassou o reinado de cinco monarcas – dois deles reinaram por um curtíssimo tempo –, bem como o governo de Godolias, após a catástrofe de 587 aC. Embora o conjunto dos oráculos atribuídos a ele esteja todo mesclado com o tema da política, deter-nos-emos nos oráculos contidos em Jr 21,1–23,8, para mostrar como fé e política podem caminhar *pari passu*, sem dualismo, nem oposição. De uma forma ou de outra, nesta perícopes estão referidos todos os reis de Judá no período da atuação profética de Jeremias. Nosso objetivo consistirá em detectar as grandes linhas teológico-políticas da pregação do profeta de Anatot. Ou seja, os elementos de sua pregação correspondentes à crítica teológica da realidade política.

Este procedimento poderá ser útil para os cristãos de hoje, às voltas com a expressão política de sua fé. Contrariando quem nega qualquer possibilidade de relacionar fé e política, seja por acusar a religião de “ópio do povo”, seja por considerar o sagrado incompatível com o profano, será possível encontrar um caminho intermediário de compatibilização entre ambas as realidades, refazendo-se a imagem de Deus ao pensá-lo à luz de sua relação com a história humana e de seu desígnio para a humanidade, expresso na revelação divina².

1. A dimensão ético-política da fé bíblica

No período clássico do profetismo bíblico, no contexto da monarquia, a relação Javé-Israel ainda não era entendida a partir do conceito de aliança – *berît*. Esta idéia será trabalhada, mais tarde, pelo movimento deuteronomista. “Em vez disso, as antigas idéias de Israel como ‘*am* (povo) de Javé, e o uso de categorias de parentesco fo-

1. Cf. G. WANKE. “Presupuestos e intenciones de la crítica social de los profetas”. *Selecciones de Teología* 13 (1974) 29-41.

2. Cf. J.B. LIBANIO. *Fé e política – Autonomias específicas e articulações mútuas*. São Paulo: Loyola, 1985.

ram preservados e ampliados”³. Esta relação está suposta em expressões como “Eu sou Javé, vosso Deus”; “Javé, nosso Deus”, “Javé, Deus de Israel”, “meu povo”, “meu povo Israel”⁴.

Na origem da relação Javé-Israel está o amor de Javé por Israel. Este foi reconhecido e legitimado pela livre decisão e autoridade divinas⁵. Israel, na sua pequenez, faz a experiência de ser amado e libertado da opressão egípcia por obra e graça de Javé (cf. Ex 3,7-10). Doravante, é convidado a entregar-se totalmente a seu Deus, com um coração indiviso. Os termos da exigência de Javé para com seu povo são inequívocos: “Não terás outros deuses além de mim” (Ex 20,3); “Não te prostrarás diante de outros deuses, nem lhes prestarás culto, pois eu sou o Senhor teu Deus, um Deus ciumento. Castigo a culpa dos pais nos filhos até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam, mas uso de misericórdia por mil gerações para com os que me amam e guardam os meus mandamentos” (Ex 20,5-6)⁶.

Embora a idéia fundamental fosse a da relação de um povo com o seu Deus, a relação Javé-Israel foi expressa em termos metafóricos com imagens de parentesco, seja de caráter matrimonial, como a relação esposo-esposa⁷, seja de caráter familiar, como a relação pai-filho⁸. Nestas imagens, prevalece a idéia de comunhão, de proteção, de fidelidade, de dependência.

A religião advinda deste esquema relacional fundava-se em princípios éticos de alto gabarito. O padrão de conduta de Israel, calcado na vontade divina, deveria distingui-lo dos outros povos. Pouco a pouco, foram sendo explicitadas as exigências divinas para os indivíduos e o povo, no seu conjunto, sendo transmitidas em forma de instrução – *torah* – no âmbito familiar, até a sua formulação como exigência legal. O culto teve igualmente sua importância no processo de transmissão e de explicitação do projeto de Javé.

A ética bíblica está construída sobre quatro pilares:

(a) A misericórdia (*hesed*) diz respeito ao trato com o próximo, expresso em forma de amor, piedade, bondade, benevolência, solidariedade. O próximo é merecedor de tudo quanto se tem de melhor. Javé espera dos israelitas um profundo “amor à misericórdia” (Mq 6,8). Oséias denunciou a inconstância da misericórdia no coração de seus contemporâneos. Ela era “como a nuvem da manhã, como o orvalho que cedo desaparece” (Os 6,4).

(b) O direito (*mishpat*) corresponde às determinações divinas às quais todos os indivíduos – do rei ao mais simples israelita – estão submetidos. Ele rege de forma es-

3. G. FOHRER. *História da Religião de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 226.

4. Contentemo-nos com algumas poucas referências bíblicas: Os 2,1-3.25; Am 7,15; Is 1,3; Mq 2,4; Jr 2,11; Ez 11,20 etc.

5. Cf. G. FOHRER, *op. cit.*, p. 228.

6. A relação Javé-Israel fundava-se num esquema semelhante ao pacto de vassalagem, onde o vassalo coloca-se sob a tutela do seu senhor, devendo cumprir uma série de obrigações em troca de terra, proteção e segurança.

7. Cf. Is 5,1; Os 3,1; Jr 2,2 etc.

8. Cf. Os 11,1-9; Jr 3,4; 31,9.20 etc.

pecial as relações interpessoais. O direito é intocável e não está à mercê da manipulação dos poderosos⁹. Isto é importante, pois os grandes tendem a torcer o direito até colocá-lo a serviço de seus caprichos. Os pequenos e os pobres, em geral, são as primeiras vítimas deste desmando. Em Israel, a divindade é definida na sua relação com o direito. Javé é “o Deus do direito” (Is 30,18), direito que “jorra como luz” (Os 6,5). Uma forma terrível de desagradá-lo consiste em rechaçar o seu direito e votá-lo ao desprezo (cf. Is 59,14-15).

(c) A justiça (*tsedaqah*) resulta da prática da misericórdia em consonância com o direito. Ela existe quando a comunidade articula-se no respeito a todos os seus membros, de modo especial aos fracos e indefesos. Em Israel, incluíam-se nesta categoria os órfãos, as viúvas, os empobrecidos e os estrangeiros. Portanto, justiça tem a ver com relações sociais equilibradas, proteção social e respeito pela dignidade humana. Exploração, opressão, corrupção, contradizendo a misericórdia e o direito, só podem gerar injustiça.

Os profetas de Israel têm uma sensibilidade aguçada para este tema. Amós denuncia quem “transforma o direito em veneno e lança por terra a justiça” (Am 5,7), quem “transforma o direito em veneno e o fruto da justiça em absinto” (Am 6,12). Jeremias descreve uma sociedade justa: “Assim diz o Senhor: praticai o direito e a justiça. Livrai o explorado da mão do opressor; não oprimeis o estrangeiro, o órfão ou a viúva; não os violentes nem derrameis sangue inocente neste lugar” (Jr 22,3).

A justiça está sempre em estreita relação com a paz. Estes dois vocábulos – *tsedaqah* e *shalom* – são freqüentemente associados na Bíblia. Paz significa situação social baseada no respeito a cada pessoa, a quem se assegura os direitos fundamentais, aliados ao bem-estar e à prosperidade. Somente onde existe justiça, pode existir paz. E onde há paz verdadeira, ali reina a justiça. Por isto, o profeta Isaías proclama: “O fruto da justiça será a paz; a obra da justiça será a tranqüilidade e a segurança para sempre” (Is 32,17)¹⁰.

(d) A fidelidade (*'emet*) aponta para a firmeza, a constância e a perseverança na adesão a Javé e a seus preceitos. À fidelidade de Javé, manifestada ao longo de toda a história, deveria corresponder a fidelidade de Israel, fruto do reconhecimento do amor misericordioso recebido de seu Deus. Jeremias proclama Javé como “Deus fiel” (Jr 10,10). Em contrapartida, Isaías denuncia o comportamento do povo em relação a Javé: “Vós confessais o Deus de Israel, mas sem justiça nem fidelidade” (Is 48,1). Após a desastrosa experiência do exílio, olhando para o futuro, espera-se que Jerusalém volte a ser “cidade da fidelidade” (Zc 8,3).

Este esquema religioso levou os profetas de Israel a subordinar as práticas culturais e de piedade (relação com Deus) à justiça (relação com o próximo). As práticas

9. F. CRÜSEMANN descreve o processo de emancipação do direito das mãos dos reis (cf. *A Torá – Teologia e história social da lei do Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 298-302).

10. Cf. X. LÉON-DUFOUR (dir.). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1977, col. 730. A dupla justiça e paz ocorre também, p. ex., em Is 9,6; 48,18; 60,17; Sl 72,3; 85,11.

religiosas, portanto, passam pelo juízo da ética. O *jejum* agradável a Deus consiste em desatar os laços provenientes da maldade, desamarrar as correias do jugo, dar liberdade aos encurvados, em suma, despedaçar os jugos, partilhar o pão com o faminto, dar abrigo aos pobres, vestir os nus e ter misericórdia para com o necessitado (cf. Is 58,6-7). É inútil guardar escrupulosamente o preceito do *sábado*, cultivando no coração a ganância e a ânsia de exploração (cf. Am 8,5-6). O *culto* pomposo revela-se insensato e vazio se não for acompanhado de justiça (cf. Am 5,21-23). O *Templo* do Senhor por si só não tem valor se o fiel esquecer-se da justiça (cf. Jr 7,1-15). Até mesmo a eficácia da *oração* depende da ética. As mãos erguidas para Deus são as mesmas estendidas para o próximo, como sinal de misericórdia e de solidariedade. A oração do ímpio desagrada a Deus, por erguer-lhe “mãos manchadas de sangue” (Is 1,15).

A religião bíblica, por conseguinte, articula-se não apenas em termos estritamente religiosos. A dimensão ética – política – é parte integrante da fé de Israel. Mas não como âmbito isolado do conjunto. Antes o comportamento ético é a expressão consumada da verdadeira fé. Fé e justiça, teologia e ética, religião e compromisso social vão sempre de mãos dadas.

2. O rei e a implementação do projeto de Javé

Nos tempos da monarquia em Israel, por todo o Antigo Oriente reinava a ideologia segundo a qual é da competência do rei colocar-se a serviço do direito e da justiça, com atenção especial para os pobres e os indefesos, atuando como uma espécie de “pai dos pobres”. Portanto, este não é um dado originário de Israel. Próprio de Israel é o rei estar a serviço do projeto de Javé, ou seja, um direito de origem divina, sobre o qual nenhum ser humano tem ascendência.

O Código de Hammurabi ilustra bem a responsabilidade do rei na Antigüidade¹¹. Hammurabi define-se como “o rei piedoso, temente a deus, para fazer surgir justiça na terra, para eliminar o mau e o perverso, para que o forte não oprima o fraco, para, como o sol, levantar-se sobre os cabeças-pretas e iluminar o país”¹². Ele se reconhece encarregado pelo deus Marduk “para fazer justiça aos povos” e “ensinar o bom caminho ao país”. Ele reconhece ter sido fiel a esta missão ao declarar: “Eu estabeleci a verdade e o direito na linguagem do país, eu promovi o bem-estar do povo”¹³. Ou, então, “Hammu-

11. Cf. *O Código de Hammurabi* – Introdução, tradução (do original cuneiforme) e comentário de E. BOUZON. Petrópolis: Vozes, 1976. Esta obra será referida como *CH*, seguida da página da tradução. Na introdução, o tradutor faz a seguinte observação: “O ‘Código de Hammurabi’ não é o corpo legal mais antigo do Oriente Antigo. Muito antes dele, já Urukagina de Lagas, no terceiro milênio da era pré-cristã, tentara uma reforma legal e estabelecera algumas leis e preceitos. A língua suméria conhece ainda um outro ‘código’ anterior ao de Hammurabi, o ‘Código de Lipit-Istar de Isin’ (1875-1865 a.C.). Em 1953 o sumeriólogo Samuel N. Kramer identificou um documento legal sumério mais antigo ainda, da época da terceira dinastia de Ur, que ele traduziu e publicou no ano seguinte. Trata-se de uma coleção de leis do rei Ur-Nammu (aprox. 2050-2032 a.C.). Em língua acádica o ‘código’ mais antigo, até hoje conhecido, é o do rei Bilalama de Eshnunna, que reinou no século XIX a.C.” (*CH* 13). O rei mesopotâmico – Hammurabi – viveu entre os anos 1728-1686 a.C.

12. *CH* 20. Cabeças-pretas é uma “expressão idiomática da língua suméria para designar ‘homem’ em geral e mais especialmente o povo sumério” (*Ibidem*, nota 10).

13. *CH* 24.

rabi é o senhor, que é como um pai carnal para os povos [...] assegurou para sempre a felicidade do povo e obteve justiça no país”¹⁴.

A intenção do seu Código vai nesta mesma direção. “Para que o forte não oprima o fraco, para fazer justiça ao órfão e à viúva, para proclamar o direito no país em Babel [...] para proclamar as leis do país, para fazer direito aos oprimidos, escrevi minhas preciosas palavras em minha estela e coloquei-a diante de minha estátua de rei do direito”¹⁵. Por conseguinte, as dúvidas em questões de direito devem ser dirimidas consultando-se o seu Código. “Que o homem oprimido, que está implicado em um processo, venha diante da minha estátua de rei da justiça, e leia atentamente minha estela escrita e ouça minhas palavras preciosas. Que minha estela resolva sua questão, ele veja o seu direito, o seu coração dilate!”¹⁶

Por fim, Hammurabi pretende ver a sua lei seguida por seus sucessores. Ele tem consciência do risco de subir ao trono um rei tirano, insensível no tocante à justiça. Daí sua prescrição: “Que nos dias futuros, para sempre, o rei que surgir no país observe as palavras de justiça que escrevi em minha estela, que ele não mude a lei do país que eu promulguei, as sentenças do país que eu decidi, que ele não altere os meus estatutos! Se esse homem tem inteligência [...] que esta estela lhe mostre o caminho, a direção, a lei do país que eu promulguei e as sentenças do país que eu decidi, que ele dirija na justiça os cabeças-pretas, que ele promulgue o seu direito, que ele proclame as suas sentenças, que ele arranque do país o mau e o perverso, que ele assegure o bem-estar de seu povo”. Segue-se um elenco de maldições contra quem mudar as palavras da lei de Hammurabi, autoproclamado várias vezes “rei da justiça”¹⁷.

Os “códigos” legislativos mesopotâmicos, como é o caso do Código de Hammurabi, são atribuídos a reis particulares¹⁸. Trata-se de coleções de direito consuetudinário, mais que leis de estado, editadas pelos soberanos.

Em Israel, o rei não tem poder legislativo. Portanto, não cria leis. A historiografia bíblica não reporta nenhum caso de rei na função de legislador. Antes, todos os monarcas de Israel deveriam submeter-se a leis previamente definidas. Apenas 1Sm 30,24-25 refere-se a um caso onde Davi institui uma regra, tornada lei para Israel¹⁹.

1Sm 8,11-18 e Dt 17,14-20, textos referentes ao *direito do rei*, não lhe atribuem poder legislativo. Pelo contrário, 1Sm 8,11-18 faz uma lista dos atos arbitrários de um rei. Já Dt 17,18-20 recomenda ao rei escrever para si uma cópia da Lei e tê-la sempre a

14. CH 110.

15. CH 109-110.

16. CH 110.

17. CH 110-111.

18. Cf. R. de VAUX. *Les Institutions de l'Ancien Testament* – Vol. I. Paris: Cerf, 1961, p. 231-234.

19. Na interpretação de F. CRÜSEMANN, os autores dos códigos legais de Israel foram: Código da Aliança (Ex 20,22–23,33) – tribunal superior de Jerusalém; Código Deuteronômico (Dt 12–26) – *‘am ha’arets* (homens livres proprietários de terras em Judá); Código de Santidade (Lv 17–26) – sacerdotes exílicos e pós-exílicos (cf. *op. cit., passim*). Todos eles trabalharam independentemente da tutela real. A atribuição dos códigos a Javé ou a Moisés – pseudo-epigrafia – reveste-os de importância teológica e lhes dá uma autoridade insuspeita.

seu lado, de forma a temer o Senhor e “guardar todas as palavras desta Lei e todas as suas prescrições, a fim de pô-las em prática, sem se tornar orgulhoso perante os seus irmãos nem se desviar do mandamento, nem para a esquerda, nem para a direita, a fim de prolongar, para ele e para seus filhos, os dias de sua realeza no meio de Israel”²⁰. Fora desta perícopo, o Código Deuterônômico não faz referência ao rei.

Em Israel, diferentemente do Egito²¹, a lei do estado não é a lei do rei. Ela é Lei de Javé! Quando foi descoberta uma cópia da Lei no Templo de Jerusalém (cf. 2Rs 22,3-10), Josias a acolhe como mandamento de Javé para si e procura pautar por ela a sua conduta, promovendo uma reforma do reino. Ele se compreende intermediário entre Javé e Israel e procura observar todos os preceitos da Lei, pois também está submetido à Lei.

Só no tempo de Esdras haverá em Israel uma Lei de Deus e uma Lei do Rei. Este será o rei Artaxerxes, da Pérsia²².

Em todos os níveis da tradição teológica de Israel, o rei é caracterizado a partir de seu comportamento ético, pois “tarefa primordial do rei é administrar a justiça, que consiste, sobretudo, em fazer valer os direitos dos que, possuindo-os, não podem fazê-los valer”²³.

A *tradição narrativa* fala de Davi que “reinava sobre todo Israel e praticava o direito e a justiça com todo seu povo” (2Sm 8,15). Absalão, com a intenção de captar a benevolência do povo e dar um golpe para tomar o poder, levanta suspeitas sobre a capacidade de seu pai administrar a justiça, apresentando-se como alternativa: “Ah! Se eu fosse juiz nesta terra, é a mim que viriam todos aqueles que têm um processo para julgar, e eu lhes faria justiça” (2Sm 15,4; cf. os v. 2-6). Salomão, dirigindo-se a Javé, reconhece ter sido seu pai um rei sincero, justo e reto (cf. 1Rs 3,6). Quando deve pedir a Javé algo para si, suplica “discernimento para prestar ouvidos ao direito” (1Rs 3,11). A sentença, pronunciada no entrevero entre as duas prostitutas, leva o povo a reconhecer que “no seu coração havia sabedoria divina e capacidade para administrar a justiça” (1Rs 3,28). A rainha de Sabá, encantada com a sabedoria de Salomão, é levada a declarar: “É porque o Senhor nutre um amor eterno para com Israel que te estabeleceu rei, para fazeres valer o direito e a justiça” (1Rs 10,9)²⁴. Jeroboão, falando em nome das tribos do Reino do Norte, denuncia a injustiça de Salomão e pede a seu filho e sucessor, Roboão, que ponha fim a seu sofrimento: “Teu pai tornou duro o nosso jugo; alivia agora a dura servidão de teu pai e o pesado jugo que ele nos impôs, e te serviremos” (1Rs 12,4).

20. “A lei está acima do rei, da mesma forma que, como rei, ele deve ser um ‘israelita exemplar’” (F. CRÜSEMANN, *op. cit.*, p. 331).

21. Como no Egito o faraó era tido na conta de deus, não se encontram códigos legais. As sentenças pronunciadas pelo faraó eram consideradas como provindas, diretamente, da divindade.

22. “Quem não observar religiosamente a Lei de teu Deus e a lei do rei, deve ser castigado, seja com a pena de morte, seja com o exílio, seja com multa ou então com prisão” (Esd 7,26).

23. L. ALONSO-SCHÖKEL & J.L. SICRE DIAZ. *Profetas – Comentario* – vol. I. Madrid: Cristiandad, 1980, p. 513.

24. Cf. 2Cr 9,8.

Na *tradição profética*, este tema é uma constante. Todavia, como os profetas estão sempre às voltas com reis ímpios, seu olhar volta-se para o futuro, na esperança de ver no trono um rei comprometido com o direito e a justiça. O rei, prenunciado por Isaías, “estabelecerá e firmará o trono sobre o direito e a justiça desde agora e para sempre (Is 9,6). Dito de outro modo, “a justiça será o cinto dos seus quadris e a fidelidade, o cinturão de seus rins” (Is 11,5). Vislumbrando o rei ideal, o profeta manifesta o seu anseio: “O rei há de reinar segundo a justiça, os chefes governarão segundo o direito” (Is 32,1). Na mesma direção, segue Jeremias: “Um rei com competência defende o direito e a justiça na terra” (Jr 23,5).

A *tradição legal* é parca em referências ao rei e às suas responsabilidades. Já nos referimos a Dt 17,14-20.

Vários escritos da *tradição sapiencial* aludem à responsabilidade do rei, em termos de construção da justiça. O Sl 72 – salmo régio – descreve longamente a tarefa do rei, governando com a sabedoria vinda do alto: “Que ele governe teu povo com justiça e com equidade teus humildes” (v. 2); “Tome a defesa dos humildes do povo, salvando os filhos dos pobres e esmagando o opressor” (v. 4); “Ele libertará o pobre que pede auxílio, e o desvalido, privado de ajuda” (v. 12); “Ele terá compaixão do fraco e do indefeso e salvará a vida dos pobres” (v. 13); “Da opressão e da violência lhes resgatará a vida e o sangue, que é precioso a seus olhos” (v. 14). Alguns provérbios retomam com seu estilo peculiar o ensinamento em torno da missão régia de defender o direito. Pr 20,28: “Misericórdia e fidelidade guardam o rei, e pela misericórdia assegura o trono”; Pr 25,5: “Elimina o ímpio do lado do rei: e o trono será consolidado na justiça”; Pr 29,4: “Pelo direito o rei consolida o país, mas o homem que extorque impostos arruína-o”; Pr 29,14: “O rei que julga o indefeso segundo a verdade terá seu trono estável para sempre”. O crítico Qohelet constata, com sabedoria, que “mais vale um jovem pobre, porém sábio, do que um rei ancião, mas insensato” (Ecl 4,13). O autor do livro da Sabedoria, na tentativa de instruir os atuais e futuros líderes da diáspora judaica em Alexandria, exorta-os nestes termos: “Escutai, portanto, ó reis e compreendei! Instruí-vos, governadores dos confins da terra! Prestai ouvidos, vós que dominais multidões e vos orgulhais do número de vossos súditos. Pois o poder vos foi dado pelo Senhor e a sabedoria pelo Altíssimo. É ele quem examinará vossas obras e sondará vossas intenções. No entanto, apesar de ministros do seu reino, não julgastes com retidão, não observastes a Lei, nem procedestes conforme a vontade de Deus”. Na longa oração de Salomão, reportada em Sb 9,1-12, o rei suplica a Javé o dom da sabedoria, pois “assim meus atos poderão ser-te agradáveis, julgarei teu povo com equidade e serei digno do trono de meu pai” (v. 12).

Porém, a história de Israel está pontilhada de reis injustos e ímpios. A Historiografia Deuteronomista empenhar-se-á em mostrar como nisto reside a causa do exílio babilônico, punição divina pela infidelidade dos reis de Judá²⁵. 1 e 2Rs comportam sucessivas avaliações negativas dos monarcas de Israel e de Judá. “Praticou o que desa-

25. As causas da ruína do Reino do Norte não foram diferentes. Os promotores da idolatria, com a conseqüente injustiça, descrita em 2Rs 17,7-23, foram os monarcas da Samaria.

grada ao Senhor” é a afirmação continuamente repetida. Poucas vezes dir-se-á “fez o que é agradável aos olhos de Javé”, como na avaliação do rei Josias (2Rs 22,2).

Neste contexto, tem origem a esperança messiânica em Israel. Até o exílio, o anseio de um rei justo referia-se ao sucessor do rei em exercício: esperava-se que o rei ímpio fosse substituído por um rei justo. Depois do exílio, o rei – messias – esperado correspondia a algum descendente de Davi, destinado a refazer a realeza desarticulada. Quando esta possibilidade foi se tornando remota, a expectativa messiânica assumiu uma dimensão escatológica: o rei-messias viria no final dos tempos, para estabelecer o reinado definitivo do direito e da justiça²⁶.

Os discípulos de Jesus olharam para ele com expectativas messiânicas no coração. Jesus combateu com firmeza um certo messianismo político desvirtuado, no qual queriam enquadrá-lo, pois o seu projeto de reino seguia numa direção muito distinta²⁷.

A profecia de Jeremias tem como pano de fundo uma visão muito precisa de rei e de exercício do poder, cuja origem é a fé de Israel. Seu discurso profético-teológico comporta necessariamente uma vertente sociopolítica, pois a fé se expressa na história. Caberá ao profeta a missão de denunciar os descompassos entre fé e vida, de modo especial, por parte dos dirigentes máximos do país, os reis de Judá.

3. A monarquia no período de atuação do profeta Jeremias

Embora com brevidade, vale a pena repassar a história de Israel no período do ministério de Jeremias, pois nela se enraíza seu ministério profético. Este quadro histórico é indicado na abertura do livro: “Palavra do Senhor que veio a Jeremias a partir do décimo terceiro ano de Josias, filho de Amon, como rei de Judá, no tempo de Joaquim, filho de Josias, como rei de Judá, até passados onze anos do reinado de Sedecias, também filho de Josias, quando, no quinto mês do ano, Jerusalém foi levada para o exílio” (Jr 1,1).

O rei *Josias* é referido em 2Rs 22,1–23,30 e 2Cr 34,1–35,27. Passou para a história como promotor da reforma religiosa em Judá. Seus demais feitos caíram no esquecimento na historiografia bíblica. O declínio do Império Assírio – poder hegemônico do momento – possibilitou a sua ação reformadora, num arroubo de nacionalismo. O livro da Lei – o núcleo do atual Deuteronômio (cf. Dt 12–26) –, descoberto por ocasião dos trabalhos de restauração do Templo, e o incentivo da profetisa Hulda tiveram sua importância²⁸. No bojo da reforma, foram expurgados os cultos idolátricos, introduzidos ou promovidos pelos reis anteriores, em detrimento da fé em Javé. Quem estava a serviço desses cultos, foi eliminado: sacerdotes, prostitutas, profetas. Tentou-se banir

26. Cf. J.L. SICRE. *Profetismo em Israel – O profeta. Os profetas. A mensagem*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 449-496 (“A monarquia e o messianismo”).

27. Cf. Mt 27,11; Mc 15,2; Jo 6,15; 19,12.14.15.21.

28. Para F. CRÜSEMANN, 2Rs 23,1-3 “deve ser lido como etiologia da validade do Código Deuteronômico” (*op. cit.*, p. 377). Cf. J.P. SONNET. “Le livre trouvé”. 2Rois 22 dans sa finalité narrative”. *Nouvelle Revue Théologique* 116 (1994) 836-861.

qualquer marca da religião dos dominadores assírios. O movimento reformista atingiu também os santuários do antigo Reino do Norte. Eles foram profanados e destruídos, e seu pessoal, assassinado. Viviam-se um clima de reunificação, depois da divisão dos reinos no séc. X aC.

O intuito da reforma era o de restaurar a fidelidade a Javé e a seu projeto e, por consequência, reimplantar o direito e a justiça no país. A centralização do culto em Jerusalém foi, no pensar de Josias, uma medida importante, no sentido de controlar a qualidade da prática religiosa em Judá. É impossível não suspeitar que por trás de tudo estava o interesse de Josias de tomar as rédeas da situação, agora livre das amarras assírias.

A morte de Josias, em 609 aC, causou uma comoção nacional. Tentando barrar o exército egípcio, em marcha para se aliar com os assírios e, juntos, fazer frente aos babilônios – poder hegemônico emergente –, o rei foi morto logo na primeira batalha.

Josias foi sucedido por seu filho *Joacaz*, referido em 2Rs 23,31-33 e 2Cr 36,1-4. Seu reinado foi efêmero: durou três meses. Mesmo assim, recebeu uma avaliação negativa por parte dos teólogos deuteronomistas (cf. 2Rs 23,32). O faraó Neco aprisionou-o, enviou-o para Rebla, onde estava o quartel-general egípcio e, daí, para o Egito. Não se tem outras notícias a seu respeito.

O faraó colocou no trono Eliacim, irmão de Joacaz, mudando-lhe o nome para *Joaquim*. Este é referido em 2Rs 23,34-24,6 e 2Cr 36,5-8. Dele é feita uma avaliação negativa (cf. 2Rs 23,37), por causa das abominações cometidas (cf. 2Cr 36,8). Para pagar os tributos exigidos pelos egípcios, Joaquim gravou o país com pesados impostos. Quando se revoltou contra os opressores babilônios, a punição não se fez esperar.

Joaquim morreu quando as tropas babilônicas avançavam sobre Jerusalém. A causa de sua morte é desconhecida. Sucedeu-lhe *Joaquim*, seu filho, cujas referências estão em 2Rs 24,8-17 e 2Cr 36,9-10. Sua permanência no poder foi também meteórica: apenas três meses. Tendo sido destronado, foi mandado para o exílio, junto com seus oficiais e sua corte. Mesmo assim, recebeu uma avaliação negativa, por ter feito “o mal aos olhos de Javé, como o fizera seu pai” (2Rs 24,9).

Em seu lugar foi empossado seu tio Matanias, cujo nome foi mudado para *Sedecias*. Dele nos falam 2Rs 24,18-25,7 e 2Cr 36,11-14. Governou em situação dramática. Incapaz de impor-se sobre as facções palacianas, revoltou-se contra a dominação babilônica. Em represália, os exércitos adversários destruíram Jerusalém e o templo, exilaram o resto da população poupada do primeiro exílio, permanecendo, apenas, “uma parte, como viticultores e agricultores” (2Rs 25,12). Sedecias tentou fugir, mas teve os olhos vazados e foi enviado para o exílio. Seu governo foi avaliado negativamente pelos teólogos deuteronomistas (cf. 2Rs 25,19).

Para governar sobre as ruínas de Judá, foi nomeado *Godolias*, referido em 2Rs 25,22-25. Quando menos se esperava, foi vilmente assassinado. “Então todo o povo, desde o maior até o menor, como também os chefes das tropas, partiram e foram para o Egito, porque tinham medo dos caldeus” (2Rs 25,26).

Este é o quadro da história de Israel vivido por Jeremias. A atuação destes monarcas será submetida ao crivo do julgamento do profeta. Seu juízo teológico parte da realidade política e tem a pretensão de exercer influência sobre ela.

4. A crítica aos reis de Judá, na profecia de Jeremias

Trata-se de oferecer uma pequena amostra de como Jeremias avaliou a política dos governantes de seu tempo. Na impossibilidade de alargar nossa análise, limitar-nos-emos a fazer algumas considerações a partir de Jr 21,1–23,8. Por razões metodológicas, a abordagem das diversas perícopes seguirá um percurso histórico, partindo da crítica à monarquia no seu conjunto e, em seguida, tratando os reis na sucessão temporal.

Jr 21,11–22,9 – Crítica ao conjunto da monarquia

(a) 21,11-14 – Oráculo dirigido “à Casa do rei de Judá”, ou seja, “à Casa de Davi”

Jeremias faz um apelo geral à “Casa do rei de Judá”: à “Casa de Davi” (21,11-12a)²⁹. Estes oráculos têm validade para qualquer monarca. O profeta confronta-se com a monarquia, de quem é uma espécie de consciência crítica, de contraponto. Uma das vertentes da missão profética, em Israel, foi a contínua chamada de atenção dos monarcas para a sua responsabilidade em relação ao direito e à justiça, em relação aos pobres e aos marginalizados³⁰.

“Casa de Davi” não é apenas o rei e a sua família. É também o pessoal da corte: conselheiros, assessores, ajudantes. Toda esta gente influencia a ação do governante. É obrigação deles alertá-lo, quando age na contramão do projeto de Deus. Por isso, são abarcados pela palavra do profeta.

A consciência vocacional de Jeremias assegura-lhe estar falando a “Palavra do Senhor”. Daí a transcendência de sua mensagem. Ele não quer promover um golpe de estado e apossar-se do poder. Não é um revolucionário, no sentido corriqueiro, nem pretende apresentar uma proposta alternativa para a situação vigente. Sua leitura dos fatos dá-se na perspectiva da fé e da tradição teológica de Israel. Assim, pode tocar a raiz dos fatos e revelar elementos que, numa leitura superficial, passam despercebidos.

A admoestação de Jr 21,12a sublinha a função da casa real: “Julgai cada manhã o direito e arrancai o explorado da mão do opressor”. A casa real tinha uma função judiciária, paralela à dos anciãos nas portas das cidades³¹. Pela manhã as pessoas acorriam aos tribunais, nas portas das cidades, para apresentar os seus pleitos. Aí os indefesos já

29. Como pano de fundo destes oráculos está 2Sm 7,1-17, onde o profeta Natã comunica ao rei Davi a decisão divina de “construir-lhe uma casa”, ou seja, uma dinastia da qual sairia o governante de Israel para implantar o projeto de Javé. “Eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho” (2Sm 7,14) aponta para a íntima relação estabelecida entre Javé e o rei de Israel. A obediência do rei aos designios divinos deveria ser, em tudo, exemplar.

30. J. PIXLEY considera que em Jr 21,11-14 (mormente os v. 11-12) é oferecida a “regra geral”, o “critério” para o julgamento dos reis de Judá pelo profeta Jeremias (cf. “Jeremias, o profeta para as nações, confronta seu próprio povo (Jr 21–24 + 26–29)”. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* n. 35/36 (2000) 115).

31. F. CRÜSEMANN, *op. cit.*, p. 119-126.

deviam encontrar os da casa real para defendê-los³². Como, em geral, as principais vítimas da má administração da justiça eram os pobres e os indefesos, era obrigação da casa real estar sempre a postos para tomar partido em seu favor. Ela tem autoridade para chamar as coisas pelo nome: reconhecer o explorado como explorado e o opressor como opressor. E colocar-se do lado do oprimido e não permitir ao opressor prevalecer-se. A exortação profética soava como utopia, pois os juízes e os opressores estavam mancomunados com os donos do poder.

Num contexto de corrupção política e social, a admoestação profética supunha dos governantes uma conversão radical, pois logo falará da “maldade de vossas ações”. O alerta profético previa o iminente e implacável castigo divino: “Para que minha cólera não saia como fogo e queime sem que ninguém possa apagar, por causa da maldade de vossas ações” (21,12b).

A Casa de Davi é chamada a tomar uma decisão, cujas conseqüências são previsíveis: a fidelidade ao projeto de Javé redundaria em sobrevivência, a infidelidade, em destruição. As imagens utilizadas pelo profeta dispensam explicações. “Cólera”, “fogo inextinguível” e “queimar” falam por si sós: a Casa de Davi será destruída se não houver conversão urgente³³. Portanto, o modo de proceder da corte desagradou profundamente o profeta.

A destruição da Casa de Davi desponta no horizonte da consciência do profeta, contrariando as tradições teológicas – ou a “ideologia teológica” – de Judá. Na mentalidade popular, a promessa feita à Casa de Davi era incondicional. Mas, o profeta pensa de maneira diversa: a promessa divina está condicionada à fidelidade da Casa de Davi ao querer de Javé. Sem tal fidelidade era inútil contar com a proteção divina. O castigo viria na certa!

Jeremias contesta a soberba da casa real. Ao chamá-la, com ironia, de “moradora do vale” e “rocha da planície” (21,13), questiona seu convencimento de ser inexpugnável, impenetrável, imbatível. Ledo engano!

O inimigo da Casa de Davi é o próprio Javé. E a razão de sua ação punitiva é a infidelidade ao querer divino. O castigo torna-se imperioso! Javé não está exorbitando. Antes, age nos limites de seu direito e de sua obrigação.

O motivo da ação divina está claramente indicado: trata-se dos “frutos de vossas obras” (21,14). A maldade da Casa de Davi consiste em deixar de lado Javé e contar com o poderio de suas fortificações, de suas armas e de suas alianças político-militares. Javé nada mais representa para a realeza, cuja confiança está depositada alhures.

Uma vez descartado Javé, a Casa de Davi sente-se livre para agir a seu bel-prazer. E os “frutos de suas obras” são a injustiça, a maldade e a opressão impostas aos mais fracos da sociedade.

32. Cf. L. ALONSO-SCHÖKEL, *op. cit.*, p. 513.

33. Jeremias retoma uma metáfora usada anteriormente: “... senão minha cólera irromperá como fogo, queimará e não haverá ninguém para apagar por causa da maldade de vossas obras” (Jr 4,4b).

A linguagem profética contrapõe fortaleza e fraqueza, auto-segurança e desamparo, invulnerabilidade e vulnerabilidade, arrogância e humilhação. A Casa de Davi faz uma falsa avaliação de si própria. É fraca, quando pensa ser forte; desamparada, julgando-se segura; vulnerável, iludindo-se com a idéia de ser inviolável. Por conseguinte, da arrogância passará à humilhação. Ela só cairá na conta, quando o castigo vier inclemente. O profeta fala de uma visita punitiva de Javé, vindo para castigar e “atear fogo” (21,14). A imagem do fogo devorador inextinguível fora usada no versículo anterior. Qual o motivo da insistência do profeta? Urgência de conversão? Com Javé não se brinca!

O v. 14b supõe Jerusalém rodeada por uma floresta. Ela será incendiada por Javé, como única estratégia para alcançá-la no alto da montanha. Consumida a floresta, a cidade desapareceria com ela, pois cairia por terra sua derradeira proteção.

(b) 22,1-9 – Oráculo dirigido “à Casa do rei de Judá”

Este bloco oracular está formulado de maneira bem estruturada.

O local do discurso profético é a porta do palácio real: “Desce à casa do rei de Judá e profere lá esta palavra...” (22,1). Podemos imaginar o profeta postado na entrada do palácio, denunciando os desmandos de seus moradores e de quem vivia a seu redor. O discurso está formulado de forma direta: “Escuta a palavra de Javé, rei de Judá, que te assentas sobre o trono de Davi, tu, os teus servos e o teu povo, que entram por estas portas” (22,2). É como se o profeta falasse com o rei e sua corte cara a cara.

A referência ao “trono de Davi” – “Tu que te assentas sobre o trono de Davi” – recorda uma vez mais a antiga promessa de Javé a Davi. Os reis de Judá não estão levando Javé a sério.

O oráculo profético compõe-se de uma admoestação, de uma afirmação condicional positiva e outra negativa, seguidas de um oráculo de condenação e da reação das nações.

Na admoestação, volta o tema do direito e da justiça, tantas vezes aludidos. Uma série de imperativos elenca o dever do rei e da casa real em relação aos mais pobres e indefesos: “Praticai o direito e a justiça; livrai o explorado da mão do opressor; não oprimeis o estrangeiro, o órfão ou a viúva; não os violenteis e não derrameis sangue inocente neste lugar” (22,3).

O foco da atenção do profeta está bem direcionado: a situação desesperadora dos membros mais frágeis da sociedade, por quem a casa real deveria interessar-se. Subentende-se que Javé espera da casa real que assuma o seu papel de mediador da misericórdia e da solidariedade de Javé em relação a quem está no centro de sua preocupação como Deus do Direito.

A afirmação condicional positiva confronta a casa real com as conseqüências de sua opção, caso dê ouvido à Palavra de Javé. “Se realmente cumprirdes estas palavras, entrarão pelas portas desta casa reis que ocupam o trono de Davi, montados em carros e cavalos, ele, seus servos e seu povo” (22,4). A referência a “estas palavras” alude à

fiel adesão a Javé, com seus desdobramentos éticos. “Estas palavras” vão além da simples admoestação. São a expressão do querer divino, ao qual a Casa de Israel deve submissão. A fidelidade por parte de Israel terá a contrapartida da fidelidade de Javé à promessa feita outrora a Davi, de manter sempre um seu descendente no trono.

A afirmação condicional negativa mostra o reverso da moeda. “Mas, se não escutardes estas palavras, juro por mim mesmo – oráculo de Javé – que esta casa se tornará uma ruína”. A infidelidade a Javé, expressa na injustiça cometida contra os indefesos, atrairá a destruição implacável de Jerusalém e de seus habitantes.

O oráculo de condenação (cf. 22,6-7) recolhe quanto foi dito até então. Javé promete dobrar o orgulho de Israel, alto como Galaad ou como “o cume do Líbano” (22,6b). Pois bem, haverá de ser transformado num deserto, “cidades sem habitantes”. Quem não soube respeitar os fracos e indefesos não merecerá o respeito de Javé. Quem sobre eles tripudiou, receberá a paga de sua ação. Qualquer pessoa sensata compreenderá a inutilidade da injustiça. Os injustos e opressores, enriquecidos com o aval da casa real, serão eliminados sem clemência.

Porém, o justiceiro da casa real não será Javé e, sim, os “devastadores, cada um com seus instrumentos” (22,7). Eles serão o braço punitivo de Javé. Tudo se consumirá no fogo!

A infidelidade da casa do rei de Judá é patente, a ponto de provocar a reação das nações. Numerosos pagãos, admirados, perguntar-se-ão o porquê de tudo aquilo: “Por que Javé tratou desta maneira esta grande cidade?” (22,8). Mas, já conhecem a resposta, talvez desconhecida apenas para a casa do rei de Judá: “Porque abandonaram a Aliança de Javé, seu Deus, prostraram-se diante de deuses estrangeiros e os serviram” (22,9). Em flagrante desrespeito à Aliança, a casa real rompeu com Javé e tomou seu próprio rumo. Agora é preciso agüentar as conseqüências de sua opção.

Jeremias, em consonância com a tradição ético-teológica da fé javista, compreende a função inalienável dos governantes de Israel de criar uma sociedade pautada no direito e na justiça, cuja visibilidade é o trato misericordioso com as camadas da sociedade mais expostas à opressão e à exploração. Sua fé leva-o a exigir dos governantes a prática da justiça.

Jr 22,15b-16 – O rei Josias

A referência ao rei Josias é feita *en passant*, no contexto da crítica mordaz ao rei Joaquim. Jeremias refere-se a ele de maneira positiva, contrapondo-o a seu filho iníquo. A preocupação do profeta centra-se no tema do direito e da justiça.

Em termos gerais, o profeta alude à maneira como o direito e a justiça inseriram-se nas preocupações de Josias. Era algo tão natural quanto comer e beber. “Teu pai acaso não comia, bebia, defendia o direito...” (22,15b). Esta afirmação pode ser entendida também de outra maneira. Josias não estava preocupado com construções luxuosas, como seu filho. Bastava-lhe ter comida e bebida, pois o objetivo de sua ação estava centrado na defesa do direito e da justiça.

Resultava daí a prosperidade de seu reino – “...e tudo corria bem para ele” (22,15b) – como sinal da bênção divina por sua fidelidade ao projeto de Javé. Assim, Josias era considerado um rei justo. Caso contrário, a maldição teria caído sobre ele, por causa da impiedade.

Em termos específicos, a defesa do direito e da justiça consistia em assumir “a causa do humilhado e do pobre” e “ter sido bom” (22,16a). Josias tinha o olhar centrado nos empobrecidos de seu reino, em cuja defesa se colocava. Seu coração bondoso não pactuava com a injustiça imposta sobre eles, nem, muito menos, fechava-se à sua indignação para se voltar para o luxo e a riqueza. Portanto, é pertinente pensar que sua reforma tenha tido também um cunho social, embora a Historiografia Deuteronomista tenha absolutizado o seu aspecto religioso.

O profeta lança uma pergunta retórica: “Não é isto conhecer-me?” (22,16b). A verdadeira religião vai além do formalismo litúrgico (precedência da preocupação com Deus), privilegiando a ética (precedência da preocupação com o próximo). A religião autêntica – conhecimento de Deus – passa pelo empobrecido, lugar do encontro com Deus. Só quem não conhece Javé e não estabeleceu com ele uma relação correta engana-se no trato com ele. O modo como Josias governava, nas palavras de Jeremias, era testemunho da veracidade de sua fé, onde o respeito à dignidade dos deserdados de seu reino ocupava um lugar inalienável.

Jr 22,10-12 – Referência a Selum-Joacaz

Jeremias chama de Selum a quem a Historiografia Deuteronomista chama de Joacaz (cf. 2Rs 23,31). Este rei sucedeu Josias, seu pai, por ocasião de sua trágica morte em Meguido. Seu reinado efêmero – três meses – não permitiu a Jeremias fazer-lhe uma avaliação, apesar do juízo negativo do Deuteronomista: “Ele praticou o que desagrada ao Senhor, imitando em tudo os seus antepassados” (2Rs 23,32).

No contexto do reinado de Selum, a profecia de Jeremias tem dupla vertente, em forma de imperativo. Por um lado, ordena dar um basta à lamentação exagerada por Josias: “Não choreis aquele que está morto, nem tenham compaixão dele” (22,10a). A morte de Josias, reconhecido por sua bondade e piedade, foi causa de comoção nacional. “Judá e Jerusalém em peso fizeram luto por Josias. Jeremias compôs um canto fúnebre para Josias. E todos os cantores e cantoras se referem a Josias até o dia de hoje. Isto se tornou normal para Israel, pois esses cantos estão incluídos nos cantos fúnebres” – é como o Cronista se refere ao fato (2Cr 35,24b-25). Jeremias proclama a inutilidade de insistir em lamentar Josias, pois o pranto e as lamentações não comportavam conversão. Lamentava-se por mera formalidade.

Por outro lado, ordena fazer lamentação por Selum. “Chorai, antes, aquele que partiu porque não voltará mais para rever sua terra natal” (22,10b). No momento, importava prantear o rei, cujo destino era desconhecido. O profeta dava-o por morto! Por conseguinte, considerava-o digno de pranto, por morrer no exílio, em terra estrangeira, sem ter quem cumprisse os ritos fúnebres em seu favor.

Os versículos 11-12 comportam um oráculo de condenação, bem estruturado. À fórmula de mensageiro (v. 11a), segue a nomeação do destinatário (v. 11b) e a sua caracterização (v. 11c) e o conteúdo do oráculo: “Ele não voltará mais para cá, porque morrerá no lugar para onde o exilaram e não reverá mais este país” (v. 11d-12). Jeremias dá um basta a qualquer esperança de volta do rei exilado. O fato de morrer em terra estrangeira e estar fadado a não mais rever a sua terra natal pode ser entendido como declaração tácita de castigo divino e classificação do rei deposto como ímpio. Se isto é verdade, pode-se dar razão ao Deuteronomista ao lhe imputar a prática de coisas desagradáveis a Javé. Existe algo mais desagradável a Javé que a injustiça?

Jr 22,13-15a.17-19 – O rei Joaquim

A referência a Joaquim pode ser dividida em duas partes. A uma invectiva (v. 13-17) segue-se um oráculo de condenação (v. 18-19)³⁴. Sem dúvida, este é o oráculo mais terrível pronunciado por um profeta contra um rei. Os habitantes de Jerusalém devem ter ficado chocados e, com certeza, revoltados com Jeremias.

A invectiva, formulada em linguagem indireta (exceto o v. 17), articula-se em torno da injustiça praticada pelo rei. Falta-lhe sensibilidade histórica, econômica e social. Num tempo de incerteza histórica – os babilônios venceram os egípcios e estão impondo a sua hegemonia na região – constrói um novo palácio suntuoso. Embora os babilônios o tenham obrigado a pagar-lhes tributos, “reveste a casa de cedro e a pinta de vermelho” (14b), imitando o luxo e a suntuosidade das construções salomônicas e egípcias³⁵. Tudo isto é agravado por sua insensibilidade social, pois obriga os operários a trabalharem de graça, eximindo-se de pagar-lhes o salário devido. Com isto, infringia o ditame da Lei, formulada assim no Código Deuteronomico: “Não oprimirás um assalariado pobre, necessitado, seja ele um dos teus irmãos ou um estrangeiro que mora em tua terra, em tua cidade. Pagar-lhe-ás o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e disso depende a sua vida. Deste modo, ele não clamará a Javé contra ti, e em ti não haverá pecado” (Dt 24,14-15; cf. Lv 19,13). O garante-mor do direito e da justiça – o rei – era o primeiro a violá-los. A maldade impediu-o de “conhecer Javé”³⁶.

O profeta denuncia a impiedade do rei citando uma frase, sem dúvida, pronunciada entre os cortesãos e de conhecimento público: “Construirei para mim uma casa espaçosa com vastos aposentos” (v. 14). O sofrimento dos pobres não o atinge minimamente. Seu comportamento é debochado e cínico.

Insera-se, aqui, a referência a Josias (v. 15b-16), para mostrar como seu filho Joaquim comporta-se de maneira totalmente oposta. As exigências do direito e da justiça

34. Cf. T.M. SIQUEIRA. “Conhecer a Deus é praticar a justiça (Jr 22,13-19)”. *Estudos Bíblicos* n. 14 (1987) 9-17.

35. Cf. J. SCHREINER. *Jeremia* I. Würzburg: Echter Verlag, ³1993, p. 131.

36. O rei Joaquim, com facilidade, podia obter mão-de-obra entre os refugiados do Reino do Norte, migrados para a periferia de Jerusalém, por ocasião da destruição assíria (721 aC). Este fluxo migratório fez surgir novos bairros, formados por populações pobres, com escassas possibilidades de fazer valer seus direitos.

não estão na pauta de suas preocupações. Seu agir é desprovido de misericórdia. “Tu não tens olhos nem coração senão para o lucro, para derramar sangue inocente, para praticar a opressão e a violência” (v. 17). O pai justo gerou um filho iníquo (cf. Ez 18), cujo deus era o dinheiro e as benesses por ele produzidas³⁷.

No oráculo de condenação (v. 18-19), o profeta não mede palavras. O rei não será pranteado, por ocasião de sua morte. Ninguém lhe fará lamentação. Antes, “será sepultado como um jumento. Será arrastado e lançado para fora das portas de Jerusalém!”³⁸ Quem devia “conhecer Javé”, mas não se atém à vontade divina, receberá a maldição própria dos ímpios. Quem não prestou atenção à história, será atropelado por ela. Quem construiu um belo palácio, preocupado com o luxo, terá a sorte dos miseráveis. Quem desprezou os pobres e indefesos, receberá em troca o mais terrível dos desprezos. A maldade e a crueldade obterão a devida paga.

A paixão pelo direito e pela justiça – “fome e sede de justiça” – dava ao profeta uma intrepidez invejável. Suas palavras devem ter despertado a fúria do rei, comparado a um animal. Entretanto, Jeremias não se desviava um só milímetro do caminho traçado por Javé. Por isso, suas relações com o rei Joaquim foram tensas e problemáticas. Num gesto patente de rejeição do profeta, o rei rasgou e queimou o rolo com as profecias de Jeremias, ditadas a seu secretário Baruc e, mais, ordenou a prisão de ambos (cf. Jr 36,21-23.26). Entretanto, por moção divina o profeta providencia um segundo rolo, onde escreve a respeito de Joaquim: “Ninguém lhe sucederá no trono de Davi; seu cadáver será exposto ao calor do dia e ao frio da noite. Eu ajustarei contas com ele, sua descendência e seus servos, por causa de seus crimes. Por causa de seus crimes, atrairei sobre eles, sobre os habitantes de Jerusalém e o povo de Judá, as graves desgraças sobre as quais os alertei, sem que me escutassem” (Jr 36,30-31).

Jr 22,24-30 – Referência ao rei Jeconias-Joaquim

Jeremias chama de Jeconias a quem a Historiografia Deuteronomista chama de Joaquim (cf. 2Rs 24,8).

As palavras de Jeremias contêm um oráculo de condenação. Em lugar da fórmula de mensageiro, o oráculo é introduzido por uma espécie de juramento: “Por minha vida”. Joaquim é, então, comparado a um anel arrancado do dedo. A imagem mostra a passagem da escolha à rejeição; da valorização, à desvalorização; da intimidade, ao afastamento. Um anel, escolhido antes de ser usado, pode ser arrancado e jogado fora. Algo semelhante aconteceu com Jeconias: escolhido por Javé, na linha da sucessão da vídica (cf. 2Sm 7), padecerá o exílio. “Sim, eu te entrego aos que atentam contra a tua vida, aos que tu temes, a Nabucodonosor, rei da Babilônia, e aos caldeus” (Jr 22,25).

37. Cf. A.K. MUKENZE. “Les derniers rois de Juda et la lecture du ‘livre’ – Josias (2R 22-23), Joiaqim (Jr 36) et Jékonias (Ba 1,1-14)”. *Revue Théologique de Louvain* 30 (1999) 19-20.

38. A Historiografia Deuteronomista diz, simplesmente, que “Joaquim adormeceu com seus pais” (2Rs 24,6), sem referir-se a sepultura. A imagem de cadáveres e ossos insepultos ocorre, também, em Jr 7,33; 8,1-3; 9,21; 14,16-18. A forma de se referir à morte do rei pode ser metafórica.

De fato, o profeta não compara o rei com um anel precioso. Ele diz “mesmo se Jeconias [...] fosse o anel de minha mão direita, eu o arrancaria dali” (Jr 22,24). Pelo contrário, ele não é um anel precioso e, sim, objeto desprezível do qual é melhor ver-se livre.

Que mal terá feito este rei, cuja passagem pelo trono foi tão breve? Sua avaliação negativa por parte de Jeremias faz eco à do Deuteronomista: “Ele fez o mal aos olhos do Senhor, exatamente como o havia feito seu pai” (2Rs 24,9). Com toda probabilidade, ambos o avaliam sob o prisma da prática da justiça. O rei, de alguma forma, envolveu-se com práticas iníquas, perpetradas contra os pobres e indefesos.

O oráculo profético tem uma conotação de radicalidade, numa linha de extermínio da dinastia davídica. “Lançarei a ti e a mãe que te gerou para um país estrangeiro, onde não nasceste mas onde morreréis. Mas não retornarão à terra para onde desejam retornar” (Jr 22,26-27). “Mãe” aponta para fecundidade e perpetuidade das gerações. Eliminada a fonte da vida, cessa qualquer esperança de futuro³⁹. De fato, uma dinastia envolvida com a injustiça e a maldade não tem como subsistir, apesar da promessa divina. A promessa do passado estava condicionada à fidelidade ao projeto de Javé.

Jeremias bate de frente com os “falsos profetas”, anunciadores de um retorno para breve, como foi o caso de Hananias. Este afirmava com toda segurança: “Assim diz o Senhor todo-poderoso, o Deus de Israel: Eu quebrei o jugo do rei da Babilônia! Ainda dois anos e farei retornar a este lugar todos os objetos do templo do Senhor que Nabucodonosor, rei da Babilônia, carregou e levou para a Babilônia. Também a Jeconias, filho de Joaquim, rei de Judá, e a todos os deportados de Judá que foram para a Babilônia, eu os farei voltar a este lugar – oráculo do Senhor – porque vou quebrar o jugo do rei da Babilônia” (Jr 28,1-4). Ou, então: “Assim diz o Senhor: Desta maneira quebrarei dentro de dois anos o jugo de Nabucodonosor, rei da Babilônia, arrancando-o do pescoço de todas as nações” (Jr 28,11).

O profeta refere-se ao rei com outra metáfora, continuação da anterior, formulada como pergunta retórica, considerando a forma como foi tratado por Nabucodonosor: “É talvez um vaso quebrado, sem valor, esse homem, Jeconias, ou um utensílio que ninguém quer? Por que foram expulsos ele e a sua raça, e lançados para um país desconhecido?” (Jr 22,28). A Babilônia é uma espécie de vala comum onde são lançados objetos inúteis. Lá não existe nada de prestável, como é o caso de Jeconias.

De forma ousada, Javé dá ordens à Babilônia, evocada com um tríplice vocativo: “Terra! Terra! Terra! Escuta a palavra do Senhor. Assim diz o Senhor: Inscreve esse homem como sem filhos, alguém que não teve sucesso na vida. Porque ninguém de sua raça conseguirá sentar-se no trono de Davi e governar de novo em Judá”. A Babilônia deveria tratar a casa real de Judá como a um homem estéril, sem geração⁴⁰. Na mentalidade da época, as palavras do profeta apontavam para a inclemente maldição divina. Portanto, a dinastia davídica acercava-se do seu fim.

Embora Jeremias, em outras partes de sua obra, faça alusão à esperança⁴¹, o destino do povo, no futuro, será bem distinto. Já não poderá contar com um dauidida da atual estirpe no trono.

Jr 21,1-10 – O rei Sedecias

Sedecias, personalidade insegura, não sabia como se comportar diante das pressões dos grupos palacianos. A facção pró-Egito aconselhava-o a rebelar-se contra os opressores. Jeremias seguia noutra direção, indicando a submissão à Babilônia como a única possibilidade de sobrevivência⁴².

Jr 21,1-10 descreve a cena onde o rei busca a colaboração do profeta. Fasur e Sofonias foram-lhe enviados com uma missão real: suplicar a Javé o milagre de libertar Israel das mãos de seus opressores, na iminência de liquidá-lo. Só um milagre poderia dar um jeito na situação calamitosa de desastre iminente. O rei imaginava Javé agindo de forma mecânica, para evitar o descalabro nacional.

A resposta de Jeremias tem dupla vertente: a primeira é dirigida ao rei e a segunda, ao povo.

Os v. 3-7 referem-se à sorte de Sedecias. As armas juntadas para enfrentar os babilônios voltar-se-iam contra o próprio Sedecias. Pior ainda, o grande inimigo de Judá não seria mais o terrível exército babilônico, mas Javé: “Estendendo a mão e desdobrando a força do meu braço, eu mesmo combaterei contra vós com cólera, furor e grande ira” (Jr 21,5). Os habitantes de Jerusalém, bem como os animais, seriam atingidos por uma peste violenta. Os sobreviventes “da peste, da espada e da fome”, a começar pelo rei e a casa real, seriam entregues “ao poder dos inimigos deles, dos que atentam contra a sua vida. Ele os massacrará sem consideração, sem piedade, sem compaixão” (Jr 21,7). O rei e sua corte estavam com os dias contados.

Os v. 8-10 são dirigidos ao povo. Para estes o profeta entrevê uma possibilidade de escolha “entre a vida e a morte” (Jr 21,8)⁴³. Escolher a morte consiste em seguir os conselhos suicidas de quem prefere permanecer em Jerusalém, acreditando numa intervenção espetacular de Javé. Segundo as tradições teológicas difundidas em Judá, a Cidade Santa era invulnerável, pois Javé era o seu defensor. Contra ela, força alguma, até a mais poderosa, haveria de prevalecer. Os falsos profetas insistiam neste argu-

1Cr 3,17-18 elenca sete filhos de Jeconias. Portanto, o oráculo de Jeremias não se refere à descendência carnal deste rei e sim à descendência político-dinástica: nenhum sucessor seu sentar-se-ia no trono de Judá. Os momentos finais da Historiografia Deuteronomista, abrindo uma janela para a esperança, referem-se à libertação de Joaquin que, do cárcere, passa a sentar-se na mesa do rei da Babilônia (cf. 2Rs 25,27-30).

41. Cf. J. VITÓRIO. “‘Há uma esperança para o teu futuro’ (Jr 31,17) – Despontar do novo para além das agruras do presente”. *Convergência* 37 (2002/n. 357) 548-549.

42. N.K. GOTTWALD descreve assim estes dois partidos: “partido da autonomia”: “procurava independência da Babilônia com o auxílio do Egito” e “partido de coexistência”: “favorecia submissão a Babilônia ou, assim que a revolta tivesse irrompido, capitulação perante o inimigo sitiador”. Jeremias pertencia ao segundo grupo (*Introdução Sociológica à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 379).

43. Cf. J. SKINNER. *Jeremias – Profecia e Religião*. São Paulo: ASTE, 1966, p. 233-249 (“O caminho da vida e o caminho da morte”).

mento e enganavam a muitos. Jeremias vê nisto um engodo, uma armadilha na qual cairia quem permanecesse na cidade. Escolher a vida consistiria em sair da cidade e se entregar aos babilônios. Quem agir assim “poderá se considerar feliz por ter ao menos a vida salva” (Jr 21,9). O profeta não dá lugar a falsas ilusões. “Sim, volto a minha face contra esta cidade para lhe fazer mal e não o bem – oráculo do Senhor. Ela será entregue ao poder do rei da Babilônia, que a vai incendiar” (Jr 21,10). Para Jeremias, a única via de salvação consistia em entregar-se nas mãos dos babilônios⁴⁴. Tudo o mais seria temerário, com um desfecho bem previsível.

O profeta recusa-se a fazer uma leitura mágica das tradições religiosas do povo. Se não existe fidelidade a Javé e a injustiça campeia, é inútil contar com a proteção divina. Neste caso, Javé volta-se contra seu povo para puni-lo exemplarmente. Recorrer a Javé, tendo-lhe virado as costas, mostra-se um expediente ineficaz numa situação de aperto. Javé solidariza-se, apenas, com quem é fiel a seu projeto e coloca a prática da justiça em primeiro plano.

Jr 23,1-8 – Olhando para o futuro

O profeta, crítico dos reis e suas cortes, olha para o futuro com esperança. Os v. 1-8 podem ser divididos em três blocos:

(a) Jr 23,1-4 comporta invectiva (v. 1), oráculo de condenação (v. 2) e oráculo de salvação (v. 3-4).

A invectiva dirige-se aos “pastores que perdem e dispersam as ovelhas de minha pastagem”. O gênero literário invectiva evoca morte. No caso, aponta o fim da dinastia davídica. A metáfora do “pastor” é aplicada, aqui e alhures, em Jeremias, aos reis de Israel e aos reis dos povos inimigos⁴⁵. Davi, o primeiro governante de Israel, foi um pastor ungido para a função de rei. No caso de Judá, os pastores (reis) tinham a incumbência de cuidar do rebanho de Javé, ou seja, o povo entregue a seus cuidados. Por não cumprirem a contento a sua missão, o castigo lhes é imputado por Javé, proprietário do rebanho.

O oráculo de condenação, em conformidade com a invectiva, dirige-se aos reis de Judá. A irresponsabilidade no trato da missão recebida por Javé em relação ao povo terá como conseqüência uma severa punição. “Eu vou ocupar-me de vós, punindo vosso comportamento perverso” (Jr 21,2). Não fica impune quem foi infiel a Javé, desprezando a vontade divina. A infidelidade do rei, por causa de sua tarefa em relação ao projeto de Javé, tem uma gravidade particular.

Abre-se, porém, para o povo uma perspectiva de salvação. Os v. 3-4, numa linguagem metafórica, elencam os gestos poderosos de Javé visando a sobrevivência de seu povo: ele reunirá as ovelhas dispersas “de todos os países, nos quais as dispersei”; fá-las-á retornar aos currais; torná-las-á férteis e as fará multiplicar-se; estabelecerá

44. Cf. F.J. GONÇALVES. “Isaïe, Jérémie et la politique internationale de Judá”. *Biblica* 76 (1995) 282-298.

45. Cf. Jr 2,8; 3,15; 10,21; 12,10; 22,22; 25,34.35.36; 50,6.

pastores sobre elas; não permitirá ao medo ou ao pavor abater-se sobre elas; beneficiará a todas elas, e nenhuma ficará de fora da contagem.

O destino do povo não será determinado pelo mau comportamento dos reis. Embora o povo padeça a punição imposta por Javé a seus governantes, haverá de experimentar a salvação divina. A atitude tresloucada da casa real não terá a palavra final sobre o destino de Israel. Cabe a Javé o veredicto sobre o destino de seu povo.

(b) Jr 23,5-6 continua o sentido da perícopie anterior, e pode ser classificado como oráculo de salvação. Como pano de fundo está 2Sm 7, porém, projetado para um futuro distante e indeterminado. Fica, assim, instaurado o tempo da esperança. Um dia, ela se tornará realidade! A esperança futura está desconectada da atual dinastia da vídica, cujo fim será imposto pelo exílio.

No futuro, Javé suscitará “a Davi um rebento justo; um rei reinará e agirá com inteligência e administrará no país o direito e a justiça” (Jr 23,5). A característica do futuro monarca será algo de essencial para um rei, porém inexistente entre os reis de Judá, no tempo do profeta: a prática do direito e da justiça. Ele será um rei conforme o coração de Javé, em consonância com a profecia de Jeremias: “Dar-vos-ei pastores conforme o meu coração, que vos apascentarão com conhecimento e prudência” (Jr 3,15). Ele cumprirá a sua missão na mais estrita fidelidade à sua função de lugar-tenente de Javé. Por isto, sua ação será pautada no direito e na justiça.

Entretanto, o protagonista desta salvação será Javé, a ponto de o governante do país ser chamado de “Javé, nossa justiça” (Jr 23,6). Sua ação será guiada por Javé e lhe competirá, apenas, administrar a justiça da maneira querida por Javé.

(c) Dando continuidade à perspectiva de futuro, Jr 23,7-8 – oráculo de salvação – entrevê a volta dos exilados. O oráculo articula-se entre dois tempos: o passado [Egito] e o futuro [Babilônia]. Se a libertação da opressão egípcia foi considerada um feito extraordinário de Javé, o futuro fim do exílio babilônico e a posterior volta para a terra serão feitos ainda mais grandiosos. Por isto, como o gesto libertador de Javé, por excelência, não mais será evocada a libertação do cativo do Egito e sim o retorno dos exilados “à sua própria terra” para nela habitarem. Então, sim, o direito será respeitado na Terra Prometida e dela brotará a justiça, como obra de Javé.

5. Política e profecia: lições para o presente

A experiência do profeta Jeremias é rica em lições para quem, como cristão, quer levar a sério a sua fé, num contexto socioeconômico repleto de desafios. Sem dúvida, o maior deles é a chaga da injustiça, sempre mais aguda e profunda, com a qual já nos acostumamos. Nossa consciência cristã continua tranqüila, mesmo diante de estatísticas assombrosas sobre o percentual da sociedade vivendo abaixo da linha da pobreza; do número de crianças mortas, a cada dia, vitimadas pela fome; da corrupção grassando no coração do Estado e da sociedade, já tendo atingido o coração do poder; da violência implacável a dizimar crianças e jovens; do individualismo malvado, para quem a misericórdia e a solidariedade não são valores... É incompatível com a fé cristã capi-

tular diante deste quadro desolador, apelando para a própria incapacidade de fazer algo de positivo. Ou, então, enclausurar-se numa falsa fé, alegando uma pretensa contraposição entre fé e política, como se o compromisso cristão não comportasse um inexorável apelo para a misericórdia solidária, a ser expressa também em termos de engajamento político e social.

O confronto com o profetismo bíblico permite-nos esboçar os traços de uma espiritualidade profética. O testemunho de homens e mulheres do passado oferece-nos lições de incrível atualidade. Limitando-nos às reflexões anteriores a respeito de Jr 21,1–23,8, elencaremos em forma de teses alguns tópicos desta espiritualidade, autêntica ética teológica⁴⁶.

(a) A mística profética funda-se na fé em Deus, cujo projeto de vida para a humanidade passa pela prática da misericórdia, do direito, da justiça e da fidelidade.

A fé bíblica está profundamente enraizada na história, por isso o caminho para chegar a Deus passa, de maneira inexorável, pelo próximo. O culto e outras práticas religiosas têm valor relativo: valem, enquanto respaldados pelo trato misericordioso para com o pobre e o desvalido, pelo respeito ao direito divino, pela construção de uma sociedade justa e igualitária, pela firmeza no compromisso com Deus. Louvar a Deus e ao mesmo tempo tripudiar sobre o empobrecido são posturas irreconciliáveis. Oferecer sacrifícios ao Senhor sem perceber o sofrimento do próximo e socorrê-lo choca-se com a fé. Cumprir fielmente as tradições religiosas, embora o coração seja de pedra, incapaz de solidarizar-se com os marginalizados e esquecidos, será um esforço inútil para agradar a Deus. Ao abrir-se para Deus, o fiel se defronta com o rosto sofrido do irmão sofredor.

(b) O projeto de Deus permite à pessoa de fé – o profeta – fazer uma leitura da história percebendo suas contradições com o querer divino.

O profeta não se deixa enganar, quando se trata de descobrir, nos meandros da história, as pegadas da maldade e da injustiça. A sensibilidade teológica capacita-o para escutar o clamor abafado dos pobres e perceber o grau de contradição entre a realidade social e o projeto de Deus. Sua percepção dos fatos supera os aspectos meramente políticos e econômicos, revelando-lhes a transcendência teológica, na medida em que Deus está implicado, colocando-se do lado do fraco e do indefeso.

Por conseguinte, o profeta jamais se preocupará com a tomada do poder, mas se empenhará numa espécie de revolução, onde a ordem socioeconômica injusta e desumana seja superada. Mantendo-se no nível de sua vocação e missão, tudo fará para que as relações sociais fundem-se na igualdade e no respeito à dignidade de cada ser humano.

46. Para uma relação entre profetismo bíblico e espiritualidade cristã, cf. J. VITÓRIO. “Espiritualidade Profética e Exercícios Espirituais”. *Itaici – Revista de Espiritualidade Inaciana* 3 (1992/n. 10) 53-67.

(c) *A sensibilidade profética descobre as raízes das contradições e identifica, com precisão, as causas da maldade e da injustiça cometidas contra os pobres, os fracos e os indefesos.*

Os profetas não se contentam com generalidades e denúncias vagas. Seus oráculos são setas certeiras a identificar a ganância dos ricos e seus aliados, com a cobertura e a conivência dos governantes, como geradores de injustiça. A chamada Teologia da Retribuição é deixada de lado. Segundo ela, pobreza é sinal de castigo, por pecados e infidelidades a Deus, mesmo desconhecidos. Por outro lado, riqueza aponta para a bênção divina, sinal de fidelidade. Esta chave de interpretação da realidade tem um quê de perversidade, pois, numa sociedade radicada na injustiça, os ricos terão consciência tranqüila, apesar de sua injustiça cruel, enquanto os pobres sentir-se-ão punidos por um Deus implacável, mesmo sem saber onde pecaram.

Os profetas reconhecem ser a pobreza resultado da falta de misericórdia dos poderosos. Estes produzem uma sociedade de desiguais, sem levar em conta os anseios de Deus. Portanto, os profetas não são ingênuos a ponto de justificar, com argumentação teológica, a maldade dominante, atribuindo-a a Deus, quando se deve ao egoísmo humano.

(d) *A fé reveste o profeta de coragem e o torna intrépido para desmascarar os agentes da injustiça e da opressão, mormente os governantes, cuja tarefa principal consiste em ser lugar-tenentes de Deus, para implantar seu projeto na história.*

Os profetas bíblicos, de modo especial os do período clássico do profetismo, têm consciência da responsabilidade especial dos reis, no tocante à injustiça. Sua função primordial consistia em construir uma sociedade alicerçada no direito e na justiça. Toda a estrutura do Estado, bem como as pessoas constituídas em responsabilidade particular, tinham a obrigação de tomar o partido dos pobres, de modo a não serem espoliados de seus direitos. Quando os fatos seguiam na direção contrária, os profetas serviam-se da palavra como instrumento de denúncia intransigente. Sem medo da perseguição ou da morte, dirigiam seus oráculos aos monarcas, denunciando-lhes os desmandos e exigindo fidelidade ao projeto de Deus. Além disso, anunciavam-lhes, sem meias palavras, os castigos divinos, que lhes estavam reservados.

(e) *Direito e justiça são temas imprescindíveis na fala profética.*

O direito e a justiça, enquanto componentes dos oráculos proféticos, fluem da mística profética e fazem dos profetas, mais que agitadores ou reformadores sociais, instrumento da ação divina na história. O direito consiste numa pauta objetiva de ação, não manipulável pelos detentores do poder. Insistindo na prática do direito, os profetas pretendem coibir qualquer tentativa de imposição da vontade dos fortes sobre os fracos, apelando para uma pretensa vontade de Deus. Nada pior do que a injustiça revestida de vestes teológicas! Aos governantes cabe interrogar-se pela missão divina que lhes é atribuída e ser-lhe fiel. A justiça, na seqüência do direito, tem a ver com o rosto da sociedade dele decorrente. Quando a justiça vem a faltar, as rachaduras sociais tornam-se patentes. O profeta não tem dificuldade de identificar o pecado aí presente e denunciá-lo com vigor.

(f) O profeta recusa-se a fazer mau uso das tradições teológicas, para não criar falsas expectativas e ilusões.

É comum os detentores de algum poder religioso dobrarem-se diante do poder político e colocar a religião a serviço da justificação da opressão e da exploração dos pequenos. Este mau uso da tradição religiosa cria uma imagem distorcida de Deus, ao solidarizá-lo com os prepotentes, olvidando a mais lídima tradição bíblica.

Os profetas não entram no jogo do poder corrompido. A religião funciona como um aguilhão a impulsioná-los à denúncia e à crítica inclemente dos poderosos, mesmo devendo negar as tradições teológicas mais caras do povo. A postura de Jeremias é exemplar, em termos de recusa a fazer uso mágico das crenças religiosas. Para anunciar o fim da dinastia davídica, pelo menos em termos de continuação dos monarcas de seu tempo, negou a incondicionalidade da promessa divina à Casa de Davi (cf. 2Sm 7). Sem fidelidade a Deus, a monarquia caminhava para o fim. Outra tradição firme no Reino de Judá era a certeza da defesa divina, nas situações de guerra. É a chamada Guerra Santa. Jeremias, porém, falou de Javé lutando contra seu próprio povo, com a intenção de eliminá-lo. Igualmente falava-se da invulnerabilidade de Jerusalém, lugar escolhido por Javé para ser cultuado. Pois bem, diante da injustiça imperante, Jeremias anunciou o fim da cidade sanguinária, opressora dos pobres. Sião, tão segura de sua grandeza, plantada firme num alto monte, seria tratada como uma cidade qualquer, facilmente assediada e conquistada por invasores.

Falando assim, Jeremias passou por falso profeta, merecedor de morte. Seus oráculos tinham um quê de impiedade e, por conseguinte, no pensar de seus adversários, eram indignos de um homem de Deus. Entretanto, a história deu-lhe razão! Isto acontece com os profetas de todos os tempos.

(g) O profeta tem consciência do destino de uma sociedade alicerçada na injustiça e não teme anunciar o seu fim.

O profeta não nutre ilusões quanto ao destino de uma sociedade onde campeia a injustiça. Seus dias estão contados! Ela não pode subsistir! É uma sociedade maldita, distanciada do projeto de Deus. De fato, Deus não pactua com a exploração e a opressão, fruto da idolatria e da injustiça. A rejeição do Deus verdadeiro e a adoção de divindades feitas à imagem e à semelhança do ser humano redundam na adoção de uma ética contrária àquela postulada por Javé. Alicerçada em bases frágeis, a sociedade daí resultante só pode ser efêmera.

Que significa isto, hoje? Seria sensato anunciar, aos quatro ventos, o fim da atual sociedade, desalmada no trato com os empobrecidos? Não seria tachado de louco e de irresponsável quem se entregasse a esta trágica tarefa? Não! O atual modelo social está nos seus estertores. A desigualdade, a miséria, a fome, o desemprego, a banalização da vida humana, frutos da injustiça, tendo a insegurança e a violência como previsíveis conseqüências, tomaram proporções alarmantes, a ponto de não podermos chamar de humana a vida de enormes parcelas da sociedade. Urge dar um basta à desumanidade

exacerbada. É preciso criar uma sociedade alternativa, mais humana, mais respeitosa da dignidade de seus membros, construída sobre alicerces distintos dos atuais.

(h) O olhar do profeta não se imobiliza com as contradições do presente, antes projeta-se para o futuro, como tempo de esperança.

O horizonte do profeta supera os limites estreitos do presente e alarga-se para dar lugar à esperança, embora devendo caminhar na fé. Talvez, no momento, seja incapaz de intuir quais sejam os caminhos a serem trilhados e tenha poucas sugestões a oferecer. Mesmo assim teima em acreditar ser possível construir relações sociais fundadas no trato misericordioso com os fracos e indefesos, no respeito ao direito e à dignidade de cada ser humano, possibilitando o despontar da justiça e da paz.

O profeta verdadeiro não se limita a um palavreado estéril e à denúncia dos injustos. Antes, faz tudo quanto está a seu alcance, mesmo pequenas iniciativas, no anseio de ver nascer o mundo desejado. O fazer profético está intimamente ligado ao falar profético. A palavra sem a correspondente ação tende a cair no vazio. Acusar os outros sem contudo fazer algo em benefício dos sofredores torna irrelevante a ação profética. A palavra profética autêntica, em primeiro lugar, produz frutos no coração de quem a proclama. Por conseguinte, transforma o profeta em construtor do mundo esperado.

Conclusão

Os cristãos são urgidos a expressar sua fé em termos de compromisso sociopolítico. Assim, deverão fazer tudo quanto está a seu alcance para criar uma sociedade com mais igualdade social, onde cada ser humano tenha a sua dignidade respeitada e seus direitos garantidos. Nos tempos atuais, a omissão pode se constituir num pecado gravíssimo, caracterizado como insensibilidade diante do sofrimento de Deus, na pessoa dos empobrecidos e dos marginalizados.

O engajamento político-partidário pode se constituir em autêntico caminho de vivência da fé, fruto de uma vocação particular. No exercício do poder, o cristão-profeta tem suficiente discernimento para perceber e desmascarar as artimanhas dos exploradores do povo e, destemido, os enfrentará. O bem-estar dos empobrecidos e a defesa de seus direitos inalienáveis serão suas bandeiras de luta. Por outro lado, será suficientemente livre para não se deixar corromper, nem pactuará com a corrupção, por saber que suas primeiras vítimas são os pobres. Em suma, os estratos sociais mais pobres serão os beneficiários privilegiados de sua ação e motivo de sua constante preocupação.

Quando se apregoa um tipo de religião *light* e descomprometida ou, então, alienada e alienante, vale a pena voltar-se ao profetismo bíblico e, descobrindo os fundamentos da espiritualidade e da ética que o sustentam, confrontar-se com uma vertente essencial da fé cristã: a implantação do Reino de Deus na história.

Jaldemir Vitorio, SJ
Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus
Cx. Postal 5024
31611-970 Belo Horizonte, MG
e-mail: jvitoriosj@cesjesuit.br